

Contextualismo e níveis de escrutínio

Luis M. Valdés-Villanueva
UNIOVI

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA – campus Breves)
Email: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP)
Email: plinio.smith@gmail.com

Sou bastante solidário às críticas de Fogelin ao artigo “Conhecimento Esquivo” de David Lewis. Mas, embora eu concorde com a visão geral de Fogelin, penso — provavelmente de maneira equivocada — que sua posição defende uma forma ou outra de contextualismo. Portanto, meus comentários serão dirigidos aos argumentos de Fogelin, em vez de serem aos de Lewis.

Considere o seguinte caso:

- I. É um dia de primavera ensolarado e decidi ir ao campo procurar cogumelos. Estou com muita sorte e os encontro em abundância na campina. Conheço os principais tipos de cogumelos, mas tenho dúvidas sobre um tipo particular que encontrei hoje. Tenho sorte novamente, pois um aldeão (vou chamá-lo de A) aparece. Ele parece ser uma pessoa confiável e me diz de uma maneira completamente séria que esse tipo de cogumelo particular não é venenoso. Ele afirma que esse é um cogumelo muito popular nas proximidades do vilarejo, e que ele os come toda primavera. “Eles são deliciosos”, ele conclui. Eu confio nele e decido que A *sabe* que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso. Se eu considerar este procedimento e as razões para crer que esse tipo de cogumelo não é venenoso são adequados para A, devo considerar que eles também deveriam ser adequados para mim. Portanto, posso dizer que eu sei que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso. A propósito, ele é de fato comestível. E delicioso. Fim da primeira parte da história.

- II. Ao chegar em casa, convido meu amigo *B* para fazer uma festa do cogumelo (eu tenho muitos deles). Ele é uma pessoa muito meticulosa a respeito de cogumelos. Isto é uma coisa muito sensata de se ser, pois toda primavera pessoas sofrem de envenenamento por cogumelos e algumas pessoas chegam até a morrer. Depois de cuidadoso exame, decidimos que *A* não sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso e fazemos, digamos, um omelete espanhol e uma festa da cidra, e enviamos os cogumelos para análise na sociedade micológica. Finalmente podemos ter nossa festa do cogumelo quando, confiando na sociedade micológica, decidimos que sabemos que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso. Fim da segunda parte da história. E fim da história.

Vamos analisar esta história de acordo com a explicação de Fogelin. De acordo com ele, a *descrição* do que uma pessoa afirma quando ela afirma que alguém sabe alguma coisa tem a seguinte forma:

(K) “*S* sabe que *p*” significa “*S* justificadamente crê que *p* com base em razões que estabelecem a verdade de *p*”

Isto é: “conhecimento não é somente crença verdadeira justificada, mas [...] é a crença verdadeira justificada a que se chegou justificadamente”¹. Mas, como Fogelin reconhece, há duas maneiras na qual podemos interpretar a afirmação de que *S* está justificado em crer que *p*:

(1) *S* justificadamente veio a crer que *p*.

(2) As razões de *S* estabelecem a verdade de *p*.

Temos aqui dois tipos diferentes de avaliação epistêmica. (1) tem a ver com a *responsabilidade epistêmica* de *S* ao formar uma crença. Nessa interpretação de “crença justificada” *S* pode estar justificado em crer em algo que é falso. (2) é diferente. Sua função é avaliar a adequação das razões de *S* para estabelecer a verdade de *p*. “Ao afirmar que *S* está justificado em crer que *p* é verdadeira, diz-se que as razões que as razões pelas quais *S* aceita *p* estabelecem a verdade de *p*”². (1) está relacionada ao desempenho de *S*, ao procedimento de *S* ao formar a crença que *p*. (2) está relacionada à adequação das razões de *S* para estabelecer a verdade de *p*.

A segunda ideia chave da elucidação de Fogelin é a de *níveis* de escrutínio. Fogelin sustenta que, “como uma questão de fato, [...]”

que nossos procedimentos de justificação habituais têm mecanismos internos que elevam o nível de escrutínio quando nossos procedimentos rotineiros têm alta probabilidade de nos levar a formar crenças falsas ou infundadas”³. Assim, se uma pessoa cuidadosa e responsável justificadamente crê em alguma coisa, podemos esperar que, em geral, as razões que ela alcançou em uma crença particular são suficientes para estabelecer a sua verdade. Se é assim, a *descrição correta* seria que essa pessoa *sabe* que *p*. Uma parte importante da elucidação de Fogelin do conceito de conhecimento é que (1) e (2) podem se separar, como acontece em vários casos do tipo Gettier. Sua sugestão é “que nós, como espectadores das cenas de Gettier, estamos a par de informações que *S* [o assunto da atribuição de conhecimento] não está”⁴. “Isso nos leva a aumentar o nível de escrutínio e, em virtude disso, a declarar que as razões de *S* não são adequadas para estabelecer a verdade da crença que baseia nelas”⁵. Embora o desempenho seja irrepreensível, vemos que as razões sobre as quais a crença está baseada não estabelece sua verdade (quando “estabelece” não significa “implica”⁶). Por essa razão, é possível que a informação adicional possa debilitar a alegação original de conhecimento sem qualquer dano a nossa responsabilidade ao formar uma crença particular.

Apliquemos tudo isso em nosso exemplo. De acordo com a posição de Fogelin na primeira parte da história (I), a *descrição correta* (o que *diríamos*) é que *A* sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso (*p*). De fato, *ele não é venenoso* e o procedimento para descobrir que ele não é venenoso é, penso, um procedimento perfeitamente comum. Por “procedimento justificatório ordinário”, Fogelin quer dizer

Um processo que usamos quando buscamos uma crença verdadeira justificada. Exemplos de procedimentos justificatórios incluem coisas como olhar pelo olho mágico para ver quem está na porta, consultar um especialista para saber se multas de estacionamento são dedutíveis no imposto de renda, usar uma solução para verificar a precisão de uma análise química e assim por diante. Esses processos justificativos ocorrem em uma ampla diversidade de formas, tendo, no máximo, uma semelhança de família uns com os outros. Simples ou complexos, teóricos ou não teóricos, esses são procedimentos que efetivamente usamos⁷.

[...] Os procedimentos justificadores que empregamos podem variar de um simples exercício de uma capacidade até a apresentação de um tipo complexo de considerações. À pergunta: “Como você sabe que era o som de uma garça?”, a resposta poderia ser à la J. L. Austin, “eu cresci perto de um pântano”⁸.

Agora, admito que na primeira parte da história *A* usa um procedimento justificatório completamente ordinário. Afinal de

contas, normalmente não solicitamos testes químicos sofisticados para decidir se algum tipo particular de cogumelo é venenoso ou não!

O que acontece na segunda parte da história (II)? De acordo com Fogelin, minhas dúvidas elimináveis legítimas⁹ (é um assunto de vida ou morte, não é?) elevam o nível de escrutínio. Devemos observar que aqui não estamos colocando sobre a mesa qualquer fato *novo* a ser considerado. E não enfrentamos aqui nenhum estratégia dos casos Gettier também. De um *ponto de vista descritivo* parece razoável dizer que, se eu e meu amigo temos dúvidas legítimas elimináveis (não acho que seria correto dizer que estamos adotando aqui uma “intensa visão sobre as coisas”) do tipo que eu mencionei, *nós não sabemos que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso*. O que é um pouco mais difícil de aceitar de um ponto de vista descritivo, ou assim creio, é que, como um resultado de meu elevado nível de escrutínio (como consequência, por sua vez, da meticulosidade de *B*), *A*, o aldeão, não sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso (e lembremos que, de fato, ele não é venenoso). E isso é o que a posição de Fogelin parece implicar. Considere o seguinte exemplo que ele emprega:

Poderíamos ver (como ele não pode) que a jaula próxima às supostas zebras está cheia de leões depilados e pintados para parecerem tigres. Essa estranha descoberta, por si só, poderia bastar para que negássemos que *S* sabe que os animais que está olhando são zebras, mesmo se de fato fossem zebras¹⁰.

De acordo com Fogelin, essa nova informação parece ser suficiente para negar (2): que as razões de *S* estabelecem que existam zebras no cercado. Ela é a *bandeira* que sinaliza que *S* deveria ser epistemicamente mais cuidadoso. No entanto, em minha história, nenhuma nova informação aparece; desta forma, a chave, penso, deve ser (1). Fogelin poderia descrever a situação dizendo que as dúvidas levantadas por meu amigo e aceitas por mim como solapando a minha atribuição original de conhecimento a *A* não me permitem considerar os procedimentos de *A* como um “procedimento justificatório ordinário”. Portanto, a descrição correta seria dizer que *A não sabe* (ele nunca soube) que esse tipo particular de cogumelo não era venenoso. E, é claro, como resultado eu não sei se esse tipo particular de cogumelo é venenoso ou não.

Mas me parece que, de um ponto de vista descritivo, essa conclusão é ao menos estranha. Certamente, minhas dúvidas, paranoicas ou elimináveis e legítimas, têm consequências sobre o que eu sei e sobre o que eu não sei. Mas é preciso explicar como minhas dúvidas poderiam ter qualquer peso sobre o desempenho de *A* ou sobre os procedimentos de *A* como um todo, se um procedimento é um procedimento justificatório ordinário e seu desempenho é irrepreensível. Quando digo “*A* sabe que esse tipo particular de

cogumelo não é venenoso”, eu sugiro (ao menos conversacionalmente) que todas as possibilidades para o cogumelo ser venenoso *não explicitamente* consideradas por A não solapam a força de sua justificação para saber que assim é assim: minha implicação é (ao menos conversacionalmente) que essas possibilidades estão excluídas¹¹. Da mesma forma, minha atribuição implica (ao menos conversacionalmente) que os procedimentos e o desempenho de A não são problemáticos. É claro, embora neste caso A esteja certo em seu procedimento e em seu desempenho, ele poderia estar errado (Fogelin nos lembra da fragilidade de nossas práticas epistêmicas); se esse fosse o caso, diríamos que ele não sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso. Mas essa fragilidade não pode ser a razão para negar que A não sabe que isso e aquilo. Isso seria um tipo de chauvinismo dedutivista que Fogelin rejeita. Parece-me que a razão para negar que A não sabe que isso e aquilo é presumivelmente a seguinte. Quando, na primeira parte da história, concedi que A sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso, parece que se eu atribuo esse conhecimento a A, sou obrigado a atribuir a mim mesmo o mesmo conhecimento (o conhecimento, digamos, é *difusivo*). Mas, se, devido às dúvidas paranoicas ou razoáveis, eu aumento o nível de escrutínio para mim mesmo, sou obrigado a aumentar para ele também. Se concedo que A sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso, afirmando ao mesmo tempo que eu não sei que esse tipo particular de cogumelo é venenoso, a situação seria muito estranha, quase intolerável.

Além disso, nos casos em que Fogelin considera sempre, aparece, tanto quanto sei, alguma informação nova ignorada por uma das partes. Por essa razão, podemos dizer que, dada essa nova informação, eu, a pessoa que aumenta o nível de escrutínio, não posso conceder mais que a outra parte sabe assim e assim. Mas quando os procedimentos justificatórios estão em jogo, me parece que as coisas não são tão simples. Neste caso, não estou colocando na mesa nenhuma informação nova. O que afirmo é que um procedimento particular (a propósito, um procedimento que na primeira parte da história era considerado completamente satisfatório e, tanto quanto sabemos, é um procedimento justificatório completamente ordinário) já não é mais satisfatório. Agora, considero que a questão sobre se um procedimento é adequado ou não é *dependente do contexto* de alguma maneira, isto é, se um procedimento é bom o bastante para determinar se é verdade que esse tipo particular de cogumelo é comestível depende, entre outras coisas, das dúvidas (paranoicas ou razoáveis) que poderiam ser levantadas em um contexto particular sobre este procedimento particular. Fogelin reconhece claramente isso quando diz: “Também me parece verdadeiro — e obviamente verdadeiro — que os padrões de justificação são profundamente vinculados ao

contexto [...]”¹². As minhas dúvidas e de meu amigo na segunda parte da história revelam que os procedimentos de A para crer que assim e assim já não são mais confiáveis e concluímos que A, apesar do que eu pensava na primeira parte da história, não sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso. Note que, mesmo quando o resultado da análise da sociedade micológica saiu — e temos finalmente nossa festa do cogumelo — presumivelmente mantemos a afirmação de que A *não sabia* que esse tipo particular de cogumelo é venenoso, *pois declaramos que seu procedimento não era adequado*. Em todo caso, me parece que tudo isso é um método bastante estranho para decidir se eu estava certo quando atribuí conhecimento a A na primeira parte da história e, portanto, ao decidir se o procedimento de A estava correto. Na realidade, e sempre em um nível descritivo, o procedimento de A é um procedimento justificatório bastante ordinário para dizer se um tipo particular de cogumelo é comestível. Como é possível que um procedimento justificatório possa se tornar injustificável por dúvidas razoáveis ou paranoicas?

Fogelin diz não ser contextualista ou perspectivista. Ele afirma não estar relativizando o conhecimento em relação a estruturas justificatórias. Ao passo que o princípio (K) “S sabe que *p*” significa “S justificadamente crê que *p* por razões que estabelecem a verdade de *p*” está correto, “S crê que *p* por razões que estabeleçam a verdade de *p* dentro de (isto é, relativo a) algum procedimento justificativo”¹³ seria incorreto. Se é assim e se estou certo na segunda parte da história, presumo que ele diria que o que eu digo quando, na primeira parte da história, afirmo que A sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso (e que eu sei isso também) deve ser falso. A alternativa seria dizer que em ambas as partes da história eu afirmo algo verdadeiro. É claro, do fato de que eu afirmo primeiro que A *sabe* que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso e, então, que A *não sabe* que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso, nada segue sobre a verdade de “A sabe que é assim e assim”. Mas qual das duas afirmações é verdadeira? Ou ambas são verdadeiras?¹⁴ Se, de fato, esse tipo particular de cogumelo não é venenoso e o procedimento de A é um procedimento justificatório completamente ordinário, é difícil encontrar qualquer razão intuitiva para negar que em (I) A não sabe que esse é um tipo particular de cogumelo que não é venenoso.

Como vimos, Fogelin aceita “como obviamente verdadeiro” que “os critérios de justificação sejam profundamente vinculados pelo contexto”. Agora, se estou interpretando corretamente, parece-me que se poderia interpretar a elucidação do conhecimento de Fogelin como um tipo de contextualismo epistêmico (oculto). Mas, em todo caso, acho que se deve reconhecer que há uma tensão entre sua análise (K) de “S sabe que *p*” mais o caráter dependente do contexto do procedimento justificatório e sua negação de qualquer

tipo de contextualismo. Usando a distinção de Kaplan entre *conteúdo* e *caráter*¹⁵, poderíamos dizer que o caráter — o que permanece constante na atribuição de conhecimento — de “A sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso” é, falando genericamente, que A justificadamente crê que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso com base em razões que estabelecem que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso. Mas os procedimentos justificatórios por meio dos quais avaliamos atribuições de conhecimento, sendo dependentes do contexto, mudam de atribuição para atribuição. As dúvidas do meu amigo sobre a adequação da atribuição que eu fiz na primeira parte da história eleva o nível de escrutínio. O que isso significa? Isso significaria que, no novo nível de escrutínio, minha frase de atribuição “A sabe que esse tipo particular de cogumelo não é venenoso” tem um *conteúdo* diferente das frases prévias de atribuição com a mesma forma. Ambas as frase têm o mesmo caráter, mas diferentes condições de verdade. Não há nenhum mistério em sustentar que ambas as frases atribuidoras (“A sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso” e “A não sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso”) são ambas verdadeiras, pois elas têm diferentes condições de verdade. Não há mais mistério sobre a maneira em que as condições de verdade dessas frases de atribuição variam com o contexto do que há sobre o tipo de condições de verdade de “agora estou tendo uma refeição” ou “isso é um livro” variam com o contexto.

Não sei se essa abordagem contextualista é compatível com a análise de Fogelin. Eu desejaria que fosse. De fato, esse passo não implica o tipo de relativismo que Fogelin teme. Além do mais, acho que ele está mais próximo de nossas intuições ordinárias sobre atribuições de conhecimento e é mais adequado do que o ponto de vista descritivo de Fogelin. Agora podemos explicar sem estranheza por que as duas atribuições de conhecimento são verdadeiras: simplesmente, elas têm diferentes condições de verdade. E, é claro, podemos explicar por que as minhas dúvidas afetam um procedimento justificatório ordinário sem questionar sua validade.

¹ Fogelin, 1994, p. 28/56. [N. do T.: Sempre que houver a segunda referência é à tradução brasileira descrita na bibliografia]

² Ibid, p. 18-9/44.

³ Fogelin, 1997, p. 397/03.

⁴ Fogelin, 2000, p. 53/11. [N. do T.: A segunda referência é a tradução brasileira neste número]

⁵ Fogelin, 1997, p. 397/03.

⁶ Fogelin, 1994, p. 21/47-8. Pois Fogelin sustenta que os casos Gettier não dependem do chauvinismo dedutivo.

⁷ Fogelin, 1994, p. 89/128-9.

⁸ Fogelin, 2000, p. 47/06. [N. do T.: A segunda referência é a tradução brasileira neste número].

⁹ Fogelin, 1994, p. 91/130: “aquelas que se baseiam em possibilidades cuja eliminação é exigida pelos procedimentos justificativos sendo empregados. Em linguagem comum, essas são *possibilidades reais*”.

¹⁰ Fogelin, 1994, p. 84/125.

¹¹ Conferir sobre este ponto em Stroud, 1997, p. 414/21-2.

¹² Fogelin, 2000, p. 47/06. [N. do T.: A segunda referência é a tradução brasileira neste número].

¹³ Fogelin, 1994, p. 97/139. Eu recoloquei “vem a crer” por “crê” seguindo a crítica de Moser aceita por Fogelin. Conferir Fogelin, 1997a, p. 417-8/24-5.

¹⁴ Fogelin é bastante esquivo sobre este tema. Ele diz que da sua posição nada determinante segue a respeito da aplicação da lei de bivalência para alegações epistêmicas. Mas, dado que “é óbvio que ‘S sabe que p’ é verdade se e somente se S sabe que p” a resposta para essa questão poderia ser ilustrativa. Conferir Fogelin, 1994, p. 98/139-40, e Dretske, 1997/2017.

¹⁵ DeRose, 1992, p. 922.

Bibliografia

DEROSE, K. (1992), “Contextualism and Knowledge Attributions”, *Philosophy and Phenomenological Research* 52 (4).

DRETSKE, F. (1997), “So We Know or Don’t We?”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 52 (2). (Tradução brasileira: DRETSKE, F. (2017) Afinal, sabemos ou não sabemos? Trad. Jefferson dos Santos Marcondes Leite. *Sképsis*: Vol. VIII, N. 16, 2017, p. 14-17)

FOGELIN, R. (1994), *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*, Oxford: Oxford University Press. (Tradução brasileira: FOGELIN, R. (2017) Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação. Trad. Israel Vilas Bôas, Salvador: EDUFBA.)

FOGELIN, R. (1997) “Précis of Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 52 (2). (Tradução brasileira: FOGELIN, R. (2017) Resumo das Reflexões Pirrônicas sobre o Conhecimento e a Justificação. Trad. Jefferson dos Santos Marcondes Leite. *Sképsis*: Vol. VIII, N. 16, 2017, p. 1-6)

FOGELIN, R. (1997a), “What does a Pyrrhonist Know?”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 52 (2). (Tradução brasileira: FOGELIN, R. (2017) O que um pirrônico sabe? Trad. Jefferson dos Santos Marcondes Leite. *Sképsis*: Vol. VIII, N. 16, 2017, p. 24-33)

FOGELIN, R. (2000), “Contextualism and Externalism: Trading One Form of Skepticism for Another”, neste número.

STROUD, B. (1997), "Unpurged Pyrrhonism", *Philosophy and Phenomenological Research*, 52 (2). (Tradução brasileira: FOGELIN, R. (2017) Pirronismo não expurgado. Trad. Jefferson dos Santos Marcondes Leite. *Sképsis*: Vol. VIII, N. 16, 2017, p. 18-23)

Sképsis

2019